



AMEAÇA AGRAVADA, DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA E DETENÇÃO DE MUNIÇÕES PROIBIDAS

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido, imputando-lhe a prática de crimes de ameaça agravada, detenção de arma proibida e detenção de munições proibidas.

De acordo com a acusação, o arguido integrou as milícias armadas Mujahedin-e Khalq (MEK), sediadas em Ashraf, no Iraque.

Os Mujahedin-e Khalq faziam parte de um movimento composto por um grupo de soldados combatentes de oposição ao Governo do Irão, visando derrubá-lo. O arguido encarava o objetivo a que se propunha de fazer cair o Governo do Irão como um objetivo sagrado. O Governo Iraniano mantém uma posição de intolerância face à oposição política e ideológica que os Mujahedin-e Khalq representam.

O arguido viveu cerca de 13 anos no Camp Ashraf e 2 anos no Camp Liberty. Após o fim da guerra, os Mujahedin-e Khalq foram desagregados e os seus elementos foram dispersos por vários países europeus, entre os quais Portugal, onde passaram a viver como refugiados.

Como o arguido não era detentor de documentação que lhe permitisse a entrada na Europa, permaneceu na Turquia, alguns meses, com o objetivo de adquirir um passaporte forjado. Em 2015, munido de um passaporte forjado, o arguido viajou da Turquia para o Brasil e do Brasil para Portugal. Em Março de 2015, o arguido foi intercetado no aeroporto de Lisboa, à chegada a Portugal, proveniente de um voo de São Paulo, com um passaporte italiano.



À chegada a Portugal, o arguido solicitou um pedido de proteção internacional, ao abrigo da Lei de Asilo ou Proteção Subsidiária.

Em 2015, o arguido residiu em São João da Talha, em domicílios indicados pelo Conselho Português para os Refugiados, ainda em 2015, o ISS decidiu colocá-lo em Viana do Castelo, tendo o mesmo acatado tal deslocalização. Não obstante, passados dois meses, alegando problemas de saúde, regressou ao distrito de Lisboa.

O arguido considerava-se um traumatizado de guerra, residia isolado e sem qualquer convívio social e passou a ser acompanhado por técnica do ISS, no âmbito da integração e acompanhamento a nível psicossocial dos candidatos a asilo, o qual durou 5 anos.

A partir do momento em que lhe foi recusado o rendimento social de inserção, o arguido alterou o seu comportamento e mostrava-se desagradado, elevava a voz e exigia apoio monetário e social. A 01-09-2015, como forma de protesto pelas condições sociais que exigia, o arguido coseu os seus lábios com agulha e linha.

Em 14-07-2016, por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna, foi concedido o direito de asilo ao arguido.

Entre os anos de 2018 e 2022, o arguido frequentava o Casino de Lisboa.

Porém, o arguido iniciou uma sequência de ameaças de agressões, de morte a diversas pessoas e diversas entidades, utilizando rede social instalada no seu telemóvel.

Concomitante à acusação, o Ministério Público requerer que o arguido seja declarado inimputável perigoso; e, dada a sua perigosidade, lhe seja aplicada uma medida de segurança de internamento em estabelecimento adequado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

Considerando não estarem reunidos os pressupostos da Lei da Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional, na articulação com a Lei de Concessão de Asilo ou Proteção Subsidiária, no caso em análise, o Ministério Público não requer a aplicação da sanção acessória de expulsão.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária- UNCT.

NUIPC 2544/22.4T9LSB

Data da acusação: 30-03-2023